



MEIO
AMBIENTE

NOTA TÉCNICA
Nº 37/2025

Arborização Urbana em Belo Horizonte: Planejamento, Transparência e Participação Social



Bethânia Melo Boechat

N 37.



DIRETORIA GERAL

Christian Aquino Cota

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO

Frederico Stefano de Oliveira Arrieiro

DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA

Bruno Dias Lana

CAPA

Larissa Metzker

Gustavo Ziviani

Yasmin Schiess

Seção de Criação Visual

Superintendência de Comunicação Institucional

PESQUISA DE LEGISLAÇÃO

Divisão de Instrução e Pesquisa

AUTORIA

Bethânia Melo Boechat

Consultora Legislativa de Meio Ambiente

CONTATO: divcol@cmbh.mg.gov.br

URL: www.cmbh.mg.gov.br/A-Camara/publicacoes

Conforme a Deliberação da Mesa Diretora nº 7, de 2025, compete à Divisão de Consultoria Legislativa, entre outras atividades, elaborar textos técnicos, artigos, relatórios e outras peças informativas, bem como prestar assessoramento técnico às comissões, à Mesa Diretora e aos vereadores. Todos os Estudos e Notas Técnicas são produzidos em atendimento a solicitação de vereadora, de vereador, de comissão ou da Mesa Diretora.

O conteúdo deste trabalho é de responsabilidade dos autores e não representa posicionamento oficial da Câmara Municipal de Belo Horizonte ou da sua Divisão de Consultoria Legislativa.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar este texto:

BOECHAT, Bethânia Melo. **Nota Técnica nº 37/2025: Arborização Urbana em Belo Horizonte: Planejamento, Transparência e Participação Social.** Belo Horizonte: Divisão de Consultoria Legislativa/Câmara Municipal de Belo Horizonte, junho, 2025. Disponível em: www.cmbh.mg.gov.br/A-Camara/publicacoes. Acesso em: DD mmm. AAAA.



MEIO
AMBIENTE

NOTA TÉCNICA
Nº 37/2025

Arborização Urbana em Belo Horizonte: Planejamento, Transparência e Participação Social

Bethânia Melo Boechat

37.
N

1. Dados da Audiência Pública

Requerimento de Comissão nº 2326/2025

Finalidade da Audiência Pública: debater o tema "Arborização Urbana em Belo Horizonte: Planejamento, Transparência e Participação Social", considerando as demandas apresentadas por diversos Coletivos de Arborização Urbana da cidade.

Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Autoria do requerimento: Vereador Osvaldo Lopes.

Data, horário e local: 25/07/2025, às 14:00h, no Plenário Helvécio Arantes.

2. Artigo 225 da Constituição Federal

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público, dentre outros, preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. .

As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e

administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

3. Lei municipal nº 11.181, de 8 de agosto de 2019

A lei 11.181/2019 aprova o Plano Diretor do município de Belo Horizonte e dá outras providências.

De acordo com o artigo 10 da referida lei, são princípios vinculados à proteção ambiental no Município, dentre outros:

- a consolidação de áreas verdes com tratamento paisagístico para uso público, aumento da taxa de permeabilidade, melhoria da drenagem urbana e arrefecimento da temperatura local;
- a busca pela recuperação e manutenção de áreas verdes, criando novos parques e praças, visando à adequada apropriação desses espaços pela população e a sua participação na preservação desses;
- a ampliação da arborização dos logradouros públicos da cidade a partir da elaboração do plano diretor da arborização do Município;
- a instituição de corredores verdes, bem como programa voltado para a criação de condições para a sobrevivência de avifauna no meio urbano pelo plantio de árvores frutíferas, nos termos da legislação federal.

As ações de qualificação do espaço público têm como objetivo garantir a melhoria do desenho urbano sob preceitos de sustentabilidade, inclusão e resiliência, bem como proporcionar a disponibilização de estrutura adequada à sua apropriação pela população (artigo 29).

Em seu artigo 30, a lei supracitada determina que as ações de qualificação do espaço público devem ocorrer em consonância com alguns princípios como:

- criação e ampliação de áreas verdes, de equipamentos comunitários e espaços públicos em geral, garantido o livre acesso a eles para o conjunto da população;
- manutenção ou recuperação da qualidade ambiental e paisagística local;
- priorização da utilização de soluções e materiais de natureza sustentável, inclusive de pavimentos de natureza permeável, de forma a contribuir para a drenagem urbana;
- incentivo à adoção de praças e áreas verdes.

4. Decreto nº 14.060, de 6 de agosto de 2010

O referido decreto regulamenta a Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte. Em seus artigos 23 e 24 sobre arborização, determina-se que somente o Executivo poderá executar, ou delegar a terceiro, as operações de plantio, transplântio, poda e supressão de árvores localizadas no logradouro público, após orientação técnica do setor competente. Excetua-se o plantio das árvores previstas em projeto arquitetônico e arborização de novos parcelamentos aprovados pelo Executivo.

O proprietário interessado em qualquer das operações citadas acima apresentará requerimento próprio ao Executivo, que o submeterá a exame de seu órgão competente.

No caso de supressão, para atendimento a interesse específico de particular, deferido o requerimento, cabe ao interessado a obrigação de plantar novo espécime na área indicada, sem prejuízo da reparação ambiental definida pela legislação específica.

Ainda conforme o decreto, os danos ao logradouro público ou a mobiliário urbano causados nas operações de transplântio, supressão e poda de árvores, bem como outras que se fizerem necessárias para a conservação e a manutenção da arborização urbana, deverão ser imediatamente reparados por aquele que vier a promovê-los.

5. Lei municipal nº 10.879, de 27 de novembro de 2015

Essa lei institui o Sistema Municipal de Áreas Protegidas de Belo Horizonte – SMAP - BH e dá outras providências.

Em seu artigo 4º, determina-se que o SMAP-BH buscará as melhores práticas de preservação das áreas verdes protegidas do Município, baseando-se nas seguintes ações de planejamento, ampliação, manejo, gerenciamento, definição das destinações, ocupações e usos devidamente orientados e disciplinados.

Constituem alguns dos objetivos do SMAP-BH:

- promover a conservação da natureza, protegendo e recuperando os ecossistemas naturais e os recursos ambientais do Município;
- garantir a manutenção dos espaços de convívio da população em contato com a natureza, pertencentes às áreas verdes protegidas;
- proteger as paisagens naturais de notável beleza cênica existentes no Município;
- contribuir para a melhoria da qualidade de vida no ambiente urbano.

6. Legislação Correlata

Legislação Federal:

- CR/88, art. 225
- Lei nº 6.938/1981 - "Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências."
- Lei nº 12.651/2012 - "Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências."

Legislação Municipal:

LOMBH, art. 152

- Lei nº 86/1949 - "Regula o corte de árvore em Belo Horizonte."
- Lei nº 2.804/1977 - "Declara imunes de corte áreas verdes em Belo Horizonte."
- Lei nº 6.038/1991 - "Dispõe sobre a arborização de logradouros públicos nos projetos de parcelamento do solo."
- Lei nº 6.248/1992 - "Dispõe sobre áreas destinadas ao plantio de árvores frutíferas em parques a serem criados em projetos de parcelamento do solo urbano e dá outras providências."
- Lei nº 6.555/1994 - "Dispõe sobre a doação de mudas de árvores às crianças nascidas no Município."
- Lei nº 8.327/2002 - "Dispõe sobre plantio, extração, poda, substituição de árvores e dá outras providências."
- Lei nº 8.616/2003 - "Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte." - esp. arts. 21 a 29-B
- Lei nº 10.879/2015 - "Institui o Sistema Municipal de Áreas Protegidas de Belo Horizonte e dá outras providências."
- Lei nº 11.181/2019 - "Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências." - esp. arts. 9 a 11, 29 e 30
- Decreto nº 14.060/2010 - "Regulamenta a Lei nº 8.616/03, que "Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte"." - esp. arts. 23 e 24

Belo Horizonte, 30 de junho de 2025

Bethânia Melo Boechat
Consultora Legislativa de Meio Ambiente
Divisão de Consultoria Legislativa
Diretoria do Processo Legislativo
Ramal 1383



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Avenida dos Andradas 3100 . Santa Efigênia . BH . MG
www.cmbh.mg.gov.br
31 3555.1100